

Ministério Público do Estado de Pernambuco

Promotoria de Justiça da Comarca de Camaragibe

Av. Dr. Belmiro Correia - S/N° Timbi, Camaragibe - PE, 54769-000

ASSUNTO: PEDIDO DE ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 108/2023

Ilustre Promotor (a) de Justiça,

Eu Washington De Souza Galvão, Brasileiro, Solteiro, Tec.: de administração, inscrito (a) no CPF sob o nº 081.432.994-22 e portador (a) do RG nº 7.750-527 residente e domiciliado (a) à Rua Granada N°85 Jardim Prima Vera – Camaragibe venho, respeitosamente, perante Vossa Excelência, apresentar a presente representação com fundamento nos artigos 127 e 129, incisos II e III, da Constituição Federal, bem como nos artigos 5º, inciso IV, e 27, parágrafo único, da Lei nº 7.347/85, em face dos seguintes fatos e fundamentos:

Nós, cidadãos preocupados com o bem-estar e a qualidade de vida da população de Camaragibe, vimos por meio desta petição expressar nossa inquietação em relação ao Processo de **Licitação nº 108/2023**, que versa sobre a contratação de serviços de locação, montagem, manutenção e desmontagem da ILUMINAÇÃO DECORATIVA destinada ao Ciclo Natalino da cidade em 2023, com um valor estimado de **R\$ 987.655,56. Novecentos e oitenta e sete mil seiscientos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos.**

Entendemos a importância de celebrar eventos festivos, contudo, nossa preocupação reside na alocação de recursos públicos em uma iniciativa que, diante da atual situação do município, pode ser considerada secundária em relação às necessidades básicas da população. Destacamos que, conforme informações disponíveis, há uma carência crítica de medicamentos básicos nos 45 postos de saúde existentes em Camaragibe.

O motivo deste pedido de anulação da licitação baseia-se na prioridade que deve ser dada à saúde pública. Consideramos fundamental que os recursos financeiros sejam direcionados, prioritariamente, para aquisição e distribuição de medicamentos essenciais nos postos de saúde, garantindo assim o atendimento adequado às necessidades básicas da comunidade.

Solicitamos, portanto, a intervenção do Ministério Público para:

Avaliar a necessidade e a urgência do gasto previsto no Processo de Licitação nº 108/2023 em comparação com as necessidades emergenciais da saúde pública local.

Investigar a viabilidade de anulação da licitação para redirecionamento dos recursos a áreas prioritárias, como o abastecimento de medicamentos nos postos de saúde do município.

Acreditamos que o Ministério Público, como guardião dos interesses da sociedade, desempenha um papel crucial na fiscalização do uso responsável dos recursos públicos. Contamos com sua diligência e atenção a esta questão, aguardando medidas que visem o benefício da comunidade de Camaragibe.

Agradecemos antecipadamente pela consideração e pela atuação em prol do interesse público.

Camaragibe 16 Novembro de 2023

Atenciosamente,

Washington de Souza Galvão